A disposição dos resíduos sólidos em áreas urbanas, origem e tratamentos legal e institucional: uma breve análise da lei 12.305/2010 e suas implicações

The provision of solid waste in urban areas: its origin and treatments: legal and institutional: a brief analysis of law 12.305 / 2010 And its implications

Disposición de residuos sólidos urbanos: su origen y tratamientos: legal e institucional: breve análisis de la ley 12.305 / 2010 y sus implicaciones

Buscou-se um diálogo entre princípios e objetivos da lei 12.305/10 em seu traçado metodológico. Para tanto, uma breve análise do fulcro constitucional foi necessária com uma nova leitura de conceitos dos objetos tratados. Também a ideia de desenvolvimento estar atrelada à produção de lixo foi discutida e esta codependência questionada. Tendo como foco os resíduos sólidos urbanos, foi feita uma abordagem jurídico social da Lei 12.305/2010. Por fim, sem pretender exaurir o tema, foi realizada uma discussão sobre o lixo urbano, inserindo-o como objeto e sujeito da poluição e elemento constitutivo do resíduo sólido urbano. Por fim, abordar-se-á sua destinação como aterro sanitário, cotejando os envolvidos no processo, sem esquecer da responsabilidade dos poderes públicos nestas relações.

We attempted a dialogue between principles and objectives of the Law 12.305 / 10 on methodological seutracado. Therefore, a brief analysis of the constitutional core was necessary with a new reading concepts of treated objects. Also the idea of development is linked to the production of waste was discussed and this codependência-questionada. With the municipal solid focoresíduos, a social legal approach to current law, Law 12.305 / 2010 was made. Finally, without pretending to exhaust the topic, a discussion of urban waste was performed by inserting it as an object and subject of pollution and constituent element of urban solid waste. Finally, it will be addressed, its destination as landfill, comparing those involved in the process, without forgetting the responsibility of public authorities in these relationships.

Buscado un diálogo entre los principios y objetivos de la Ley 12.305 / 10 sobre seutracado metodológica. Por lo tanto, un breve análisis del núcleo constitucional era necesario con un nuevo concepto de lectura de los objetos tratados. También la idea de desarrollo está vinculada a la producción de residuos que se discutió y esto codependênciaquestionada. Con los focoresíduos sólidos municipales, un enfoque jurídico social para la ley actual, se hizo la Ley 12.305 / 2010. Por último, y sin pretender agotar el tema, una discusión de los residuos urbanos se llevó a cabo mediante la inserción como un objeto y sujeto de la contaminación y el elemento constitutivo de los residuos sólidos urbanos. Por último, se abordará, su destino como vertedero, la comparación de los implicados en el proceso, sin olvidar la responsabilidad de las autoridades públicas en estas relaciones.

Palavras-chave: Lei 12.305/2010, lixão, cadeia de consumo.

Autores:

Luiza H P Fraga Rodrigues

Advogada, Professora Universitária, Mestranda em Ensino e Ambiente na UNIAN.

E-mail: luizafraga2010@gmail.com

Antonio Carlos de Miranda

Doutor (UNICAMP), Prof. do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu UNIAN Niterói.

E-mail: mirantam@ig.com.br

Introdução

O artigo visa uma discussão dos princípios e objetivos da lei 12.305/10. Em seu traçado metodológico, de caráter documental e bibliográfico, no início, será construída uma análise acerca das diferentes responsabilidades compartilhadas entre vários setores públicos por estar atento ao conceito de desenvolvimento e seu compromisso com a sustentabilidade. Nesse sentido, o foco está nos resíduos sólidos urbanos, fazendo uma leitura jurídica do recente diploma legal. A seguir, será realizada uma discussão do lixo urbano, inserindo-o como um elemento da cadeia produ-

tiva, como objeto e sujeito da poluição e elemento constitutivo do resíduo sólido urbano. Sem esquecer que o crescimento do consumo de novas tecnologias e a urbanização acelerada conduz à produção de uma imensa quantidade de resíduos.

Já em sua parte final, será abordada a destinação como aterro sanitário, que será analisado sob o ponto de vista do uso consciente do solo, levando em consideração os atores envolvidos, até mesmo, os que vivem, ainda, da coleta de dejetos. É uma população que já foi alvo de ações sociais esparsas, mas, efetivamente, não tem tido grande atenção dos setores públicos responsáveis.

No que tange aos lixões, sua condenação em recentes diplomas legais será discutida, mormente, na inaplicabilidade do diploma. Cabe lembrar que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹ aponta que o Brasil ainda tem 2.906 lixões distribuídos por 2.810 municípios que deveriam ter sido erradicados até 2014, de acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Em que pese o já patente insucesso da determinação, tem que ser destacado que o tema não pode ser abandonado, pois a definição de sustentabilidade urbana, como destacam Jacobi e Besen (2011)²:

¹ http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23171&Itemid=75 Acesso em 20/02/2014

² http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000100010&script=sci_arttext. Acesso em 20/05/2014

[...] pode ser definida a partir de um conjunto de prioridades, tais como, a superação da pobreza, a promoção da equidade, a melhoria das condições ambientais e a prevenção da sua degradação [...].

A Legislação Ambiental Brasileira e A Lei 12.305/10

A discussão sobre resíduos sólidos já dura mais de 20 anos, culminando com a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), segundo Miranda, Gomes e Ferreira (2014). Inicialmente, a Lei Federal de nº 2.312³ de 3 de setembro de 1954 estabelecia que a coleta, o transporte e o destino final dos resíduos deveriam ocorrer de tal forma que não provocassem danos à saúde humana e ao bem estar públicos. Em 21 de janeiro de 1961, ela foi regulamentada pelo Decreto 49.974-A⁴, denominado Código Nacional de Saúde.

Por seu turno, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23, determina como competência comum aos entes da Federação em suas responsabilidades ao afirmar:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

[...]

VI, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Enquanto que no artigo 24 exclui os municípios na competência legislativa:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

[...]

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Desta forma, a Constituição manda os municípios protegerem o meio ambiente (art23), mas os veículos para praticarem esta proteção não estão em suas mãos (art24) pois somente União, estados e Distrito Federal podem legislar a respeito do tema. Nesta esteira, ainda não se tinha uma Política Nacional de Resíduos Sólidos que apresentasse normas e detalhamento que envolvesse, por exemplo, geração, transporte, coleta, manejo, acondicionamento, reutilização, reciclagem, tratamento, reaproveitamento e disposição dos resíduos sólidos.

A política nacional de resíduos sólidos foi recentemente alterada pela lei 12.305, de 02 de agosto de 2010⁵, o que deu uma nova leitura e trouxe novos conceitos ao tema. Este diploma legal instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluída os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Apesar de sabidamente ser um direito fundamental, não tem tutela na Constituição no seu Título II, que disciplina este assunto. Ocorre que no inciso III do artigo 1º da CF/88⁶, tem-se o

fundamento da dignidade da pessoa humana e, destaque-se, não há como pensar uma condição digna em meio ambiente desequilibrado e poluído. Nesta lógica, este inciso deve ser cotejado com o artigo 225 da CF/88 e, então, pode-se depreender que direito fundamental o meio ambiente equilibrado.

Assim, expressa a CF/88:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Desde 1988 muito se fez em legislação ambiental. Especificamente, neste trabalho, buscar-se-á fazer uma leitura do que se tem sobre resíduos sólidos, desde seu surgimento como resultado de uma cadeia produtiva e consumista, até sua destinação final. A lei mais atual que trata sobre o tema é a lei 12.305/10, sobre a qual tecer-se-á alguns comentários.

A Lei nº 12.305/10 teve em seu escopo a intenção de fazer um efetivo enfrentamento de um dos mais graves problemas ambientais – o resíduo sólido, desde a condição de matéria-prima que foi um dia, até a condição de lixo absolutamente inaproveitável. O texto legal não deixou de fora a abordagem de problemas sociais e econômicos que resultam do manejo inadequado dos dejetos.

A lei tem por sua *ratio legis* (razão da lei) a prevenção e redução na formação de resíduos, adentrando às propostas ou, até mesmo, denunciando a inafastável necessidade de mudança de hábitos de consumo, já que uma das melhores formas de lidar com resíduo sólido é não fazê-lo e, fazendo-o, a lei traz uma série de incentivos e responsabilizações na reciclagem até a exaustão do resíduo – até chegar ao seu último nível e sua derradeira destinação.

Ao instituir ao que chamou de ‘Responsabilidade Compartilhada’, a lei 12.305/10 chama à responsabilidade todos os prováveis geradores de resíduos: desde o cidadão, passando por pessoas de direito público e privado, inovando ao convidar à responsabilização aos responsáveis pela Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo. Vale mencionar Siqueira e Moraes (2009, p. 10) ao destacarem que o “modelo de consumo adotado pela sociedade contemporânea acarreta o esgotamento dos recursos naturais, o agravamento da pobreza e do desequilíbrio, porque pautado na acumulação e no desperdício”.

O rompimento desse modelo de consumo, que não é fácil, representaria caminhar na busca de um desenvolvimento sustentável. É importante acrescentar ainda a essa questão a necessidade do “fortalecimento da vitalidade cultural, do capital social e da cidadania; além das inter-relações com questões de âmbito regional e global, como o efeito estufa, que tem relação direta com a emissão de gases gerados na produção e disposição final de resíduos” (JACOBI; BESEN, 2011).

Por sua vez, é preciso trazer para essa discussão o pensamento de Mézaros (2002, p. 95) ao destacar o poder de um sistema do capital globalmente dominante e totalitário que submete:

cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio; a educação e a agricultura; arte e a indústria manufatureira, que se sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu microcosmo

³ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2312-3-setembro-1954-355129-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 14/10/2013.

⁴ <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=160292> Acesso em 14/10/2013.

⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm Acesso em 12/06/2014

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 12/06/2014

até as maiores empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomadas de decisão dos vastos conglomerados industriais, sempre a favor dos fortes contra os fracos.

A ideia de haver desenvolvimento com sustentabilidade tem que deixar de ser uma opção ou ser apenas uma proposta. Não há, efetivamente, desenvolvimento, se ele deixar por seu preço, um rastro de destruição e degradação. Para configurar esse cenário, as palavras de Siqueira e Moraes (2009, p. 8) apontam a correlação entre o processo de industrialização, a crescente “concentração populacional urbana e o incentivo ao consumo como características básicas da sociedade moderna, os problemas sociais, ambientais e de saúde pública se agravam”.

Não é ficção ou conjectura, mas uma locução simples do artigo 225 da Constituição retro citado, *in fine*, que pretende um meio ambiente para o presente, mas, também para as gerações futuras. Não há mais como se falar em desenvolvimento, se este se deu à custa de degradação. Este desenvolvimento não é sustentável, mas, sim, questionável.

No texto da Lei para a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12305/10) foi dado aos municípios exatos quatro anos para acabar com os lixões, fazendo a destinação correta dos resíduos. Isso é notado no final de seu texto, onde dá um prazo decadencial⁷ de quatro anos para os chefes dos executivos locais terminarem com os lixões a céu aberto – aterros sanitários - além da exigência da elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para estas unidades da Federação.

Com a aproximação da data limite para a extinção dos lixões, os prefeitos, por meio da Confederação Nacional de Municípios, (CNM), pediu e levou a dilatação do prazo para elaboração dos respectivos planos de gestão de resíduos, como também da extinção de seus lixões. A prorrogação oxigenará os prazos em mais um ano para a elaboração dos planos de gestão de resíduos e, a partir do final deste, mais três para extinguir os lixões.

O traçado metodológico: uma análise e discussão dos Princípios e Objetivos da Lei de Resíduos Sólidos sob o foco da sua implantação e dos seus desafios.

Como já foi ressaltado anteriormente, este artigo representa um ensaio teórico de caráter qualitativo, bibliográfico e documental, mas aspectos quantitativos também foram incluídos, sem alterar a sua essência, visando uma discussão dos princípios e objetivos da Lei 12.305/10. Em seu traçado metodológico, faz-se uma ligação com as diferentes responsabilidades compartilhadas entre vários setores públicos.

Enquanto que os princípios, elencados no artigo 6º, são gerais do Direito Ambiental, a Lei 12.305, também traz princípios específicos, tais como o inciso VII, abaixo transcrito, que atribui valor econômico ao que seria o “lixo”, trazendo-o à escala produtiva, ou seja, transformando-o em nova matéria prima para outra cadeia produtiva.

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

Necessário trazer à tona nessa discussão a definição de ‘lixo’ e seu teor sempre ligado ao senso comum de ‘dejeito’, ‘não aproveitamento’, ‘inutilidade’. Samuel Johnson afirma que lixo

é matéria fora do lugar (SCLIAR, 1999). Ou seja, basta ser um elemento estranho ao meio, não necessariamente ligado à sujeira, o que pode ser uma leitura que facilite a sua inexistência, que convide a mais atores a participarem do processo de reutilização e não produção.

Cabe lembrar que o custo médio da coleta seletiva nas grandes cidades é de US\$ 212,00, enquanto que o valor médio da Coleta Regular de Lixo é de US\$ 47,50. Portanto, o custo da coleta seletiva é 4,5 vezes maior que o da coleta convencional. Apenas 766 municípios brasileiros (14%) da população brasileira operam programas de coleta seletiva. Enquanto no mapa abaixo é possível perceber a concentração deles na região sul e sudeste.

Municípios com Coleta Seletiva no Brasil

FONTE: CEMPRE, 2012.

FONTE: CEMPRE, 2012.

Por outro lado, as aparas de papel/papelão continuam sendo os tipos de materiais recicláveis mais coletados por sistemas municipais de coleta seletiva (em peso), seguidos dos plásticos em geral, vidros, metais e embalagens longa vida.

A porcentagem de rejeito ainda é grande (17,4%), o que reforça a ideia de que é preciso tanto melhorar o serviço de coleta,

⁷ <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/02/municipios-pedem-mais-prazo-para-apresentar-planos-de-gestao-e-acabar-com-lixoes> Acesso em 14/09/2014

http://www.mpbma.mp.br/atuacao/ceama/material/doutrinas/residuos/a_questao_dos_residuos_solidos_urbanos_no_direito_brasileiro.pdf Acesso em 10/07/2014

como conscientizar a população para separar o lixo corretamente em suas casas (CEMPRE, 2012)⁹.

Cabe destacar, que de acordo com dados do Cempre, em 2012, a reciclagem de latas de alumínio movimentou R\$ 1,8 bilhão na economia nacional, fora do sistema municipal de coleta seletiva, já que nesse sistema a sua contribuição foi pequena. Isso ocorre porque o país possui um mercado de reciclagem para as latas de alumínio estabelecido em todas as suas regiões.

A razão principal é que as indústrias têm um grande interesse econômico nesse processo. “Essa sucata volta em forma de chapas à produção de latas ou pode ser repassada para fundição de autopeças, por exemplo”. Estima-se que em “30 dias, uma latinha de alumínio para bebidas pode ser comprada, utilizada, coletada, reciclada, envasada e voltar às prateleiras para o consumo” (CEMPRE, 2012).

O Mito da Reciclagem

No entanto, isso não ocorre com outros materiais produzidos pelas indústrias, já que não há o mesmo interesse econômico na sua reciclagem. Com isso, cria-se o “mito da reciclagem” em torno das latinhas. Configura-se, assim, o “pleno envolvimento das empresas em salvar o planeta e o meio ambiente” sem discutir o quanto as indústrias lucram com esse processo e também os rejeitos que são produzidos na própria reciclagem, além do uso de energia e de uma mão de obra mal paga que realiza a coleta. Nas escolas, há também programas de coletas de latinhas, como uma atividade associada às aulas de Educação Ambiental, ao dia do Meio Ambiente etc., reforçando essa construção mítica, como apontam Miranda, Silva e Monteiro (2005).

FONTE: CEMPRE, 2012.

Por sua vez o Ipea destaca que um grande volume de matéria orgânica tem sido desperdiçada ao ser encaminhado diretamente aos aterros e lixões, já que poderiam passar por tratamento para gerar energia. Das 94,3 mil toneladas de lixo orgânico recolhidas diariamente no país, somente 1,6% (1.509 toneladas) são encaminhadas para reaproveitamento. Como já vimos, o IPEA aponta que o Brasil ainda tem 2.906 lixões distribuídos por 2.810 municípios que precisariam ser erradicados até 2014, de acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O estudo do IPEA assinala ainda que esta forma de destinação “gera despesas que poderiam ser evitadas caso a matéria orgânica fosse separada na fonte e encaminhada para um tratamento específico, como a compostagem”. Enquanto que no setor associado à agricultura, silvicultura e pecuária, o Ipea afirma que, anualmente, “são geradas 291 milhões de toneladas de re-

síduos sólidos nas agroindústrias que podem ser melhor aproveitados na produção de fertilizantes naturais ou para geração de energia elétrica”. E acrescenta ainda que caso “os resíduos secos da produção de cana no Brasil fossem encaminhados para geração de energia, a potência instalada seria de 16,6 GW (mais que a potência da usina de Itaipu, com 14 GW)”.

Voltando ao texto da Lei 12.305/10, dos objetivos, insertos no artigo 7º, destacam-se o inciso II, abaixo, que inova ao trazer um comando negativo. Ao utilizar os termos “não geração”, “redução” o legislador já denota o cunho de censura e coibição à produção de lixo, em sua mais comum definição.

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Com relação aos objetivos, a lei busca, além de repisar os gerais já apontados em outros diplomas e na doutrina, traz a inserção dos que vivem do lixo, ou seja, de uma população que muito pouco se falou dela, até agora. Pode ser lido no inciso II do artigo 7º, abaixo transcrito.

II - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Este diálogo entre os prováveis produtores de lixo traz pessoas excluídas da sociedade para uma cadeia produtiva, promovendo resultados imediatos, quanto à redução e reciclagem, como a inserção de indivíduos excluídos da sociedade. Tal fato não é novidade, pois no artigo 3º da lei, é definida a coleta seletiva e, por que não, com os que já a fazem de forma desordenada e desassistida. O convite é claro ao Poder Público para que isso se operacionalize em cooperativas e associações, dando rosto e dignidade a estas pessoas, transmutando o trabalho de “coletores de lixo” em um grupo importantíssimo no que seja sustentabilidade.

A realidade dos catadores é terrível e uma forma de isso ser alterado é o que já temos – um diploma legal que prevê sua inserção na cadeia produtiva a PNRS estabelece isso, a gestão integrada dos resíduos e responsabilizando tanto o Poder Público quanto os setores empresariais, sem compromisso da responsabilização da sociedade. Os dados do IBGE¹⁰, 2011, apontam que em apenas 14,8% das cidades há, de fato, parceria formal entre prefeitura e os catadores, visando à coleta seletiva.

A lei é bastante ampla no engajamento de diversos setores da sociedade, merecendo destaque o ineditismo da questão dos resíduos sólidos e sua reciclagem e, como já dito, a não produção, o que passa, em cheio, na questão da Educação Ambiental e Consumo Consciente. Esta responsabilidade compartilhada envolve desde o cuidado com os resíduos, passa pela coleta seletiva, atingindo os sistemas de logística reversa e ao que mais for necessário para que a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos seja implementado.

A necessidade de que novos atores sociais devam surgir é destaque também desta lei, com evidente incentivo à criação e de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, o que se faz de forma íntima à Educação Ambiental, seja em ambientes formais ou não formais. Comprometimento é a palavra de ordem desta lei, não deixando nenhum setor direta ou indiretamente responsável de fora.

⁹ http://www.cempre.org.br/ciclossoft_2012.php Acesso em 14/10/2013

¹⁰ <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/default.shtm>. Acesso em 22/08/2014

Da Moderada Efetivação da Lei 12.305/10

Vale mencionar que nos poucos municípios que executam a coleta seletiva (14%), os programas de maior êxito, de acordo com o relatório da Abrelpe (2012): são aqueles em que há uma combinação dos três modelos de coleta seletiva: A maior parte dos municípios ainda realiza a ‘coleta de porta em porta’ (88%); Os ‘Postos de Entrega Voluntária’ são alternativas para a população poder participar da coleta seletiva (53%); Tanto o apoio quanto a ‘contratação de cooperativas de catadores’, como parte integrante da coleta seletiva municipal, continua avançando (72%).

Essa questão da inserção dos catadores dá um toque além da lei para o tema. Segundo Campos¹¹(1999) é um disparate o Brasil ter o destaque que tem em nível mundial em sua economia, mas, por outro turno, manter uma população de milhares de pessoas abandonadas em lixões. Segundo este autor, mais de 50 mil crianças estão fora das escolas e exercendo esta função em ambiente com graves níveis de insalubridade e periculosidade. Novamente o artigo 1, inciso III da Constituição, que trata da dignidade da pessoa humana, está sendo posto à prova em sua eficácia.

A implementação do PNRS e os seus desafios

Até o presente momento, nenhum diploma legal foi suficiente para coibir a formação de mais lixões, ou de fazer extinguir os existentes. Temos hoje a lei em comento, onde até prazos foram dados à Administração Pública para sua extinção e para substituí-los com a criação de aterros sanitários. Prazos que já foram revistos e dilatados, o que nos deixa, novamente, na expectativa da efetividade da lei 12.305/10.

Uma solução alternativa para municípios vizinhos e com poucos recursos financeiros, defendida pelo IPEA, seria a criação de aterro sanitário na forma de um consórcio público, visando à gestão de seus resíduos sólidos. Mas isso não é o suficiente. Lixo é produzido cada vez mais. Isso é um fato incontroverso. Como também é fato incontroverso que lixo é algo fora do lugar, não sendo, necessariamente, agente poluidor. Seu tratamento como algo que já pertenceu à cadeia consumerista trará todos os agentes desta cadeia à responsabilidade de sua destinação.

Mesmo com divulgação de programas em torno do tema “meio ambiente”, a produção de resíduos sólidos é assombrosamente elevada, principalmente em grandes centros urbanos. O que tem que ser trazido à luz nesta discussão também é o fato de que resíduo sólido foi bem de consumo, sem esquecer que o compromisso das empresas não pode ficar adstrito à produção sustentável, ou seja, em ser uma empresa não poluente “a qualquer preço”, mesmo comprando cotas de emissão de carbono para garantir seus níveis sustentáveis.

Trata-se do mercado de créditos de carbono, que surgiu a partir do Protocolo de Quioto, acordo internacional que estabeleceu que os países desenvolvidos devessem reduzir, entre 2008 e 2012, suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) 5,2% em média, em relação aos níveis medidos em 1990¹². Os créditos de emissão de carbono não podem legitimar a poluição de quem tem mais dinheiro. Tornou-se uma moeda, e das mais caras. Efetivamente, urge uma implantação de política de substituição do descartável pelo reciclável, onde a mídia exerceria fundamental papel na convocação da sociedade, junto a políticas públicas que realmente interfiram no atual modelo econômico de consumo e administração de recursos naturais.

Mas isso implica em contrariar sobremaneira a indústria consumista e convidar à discussão a população como um todo em um repensar de sua relação com o consumo, com si mesma e seu grau de envolvimento com a questão ambiental. Decidir questões ‘distantes’ é até fácil. A discussão quando envolve mudanças institucionais na sociedade é que poderia trazer eficácia à lei em estudo.

A produção do lixo é o ponto nodal da discussão. Lixo, que foi bem de consumo, tem que ser visto de *per se*. É visto, ainda, como inevitável na vida moderna, o que mantém viva a ideia de que recursos naturais são inesgotáveis. Tal relação de causa e efeito tenta minar quaisquer forças para comprometer a sociedade no quanto é responsável direta pelos lixões. O fato é que, enquanto o consumismo não for tratado com a seriedade que tem que ser, a geração de resíduos e seu lançamento no meio ambiente de forma indiscriminada continuará.

A revisão do modelo vai deste a produção do plástico ou embalagem do produto, até ao seu destino final, no consumidor. Da extração da matéria prima, seu beneficiamento e descarte deve estar predeterminada, sob pena de tornar inútil o processo. A ideia de que desenvolvimento sustentável tem que trazer, acima de tudo, compromisso, para não mais continuarmos em um modelo de ‘desenvolvimento insustentável’, além de irresponsável.

Esta revisão do resíduo, que foi plástico e foi consumido por alguém, é mais que necessária. Se quisermos realmente a retirada dos lixões, não basta criminalizar prefeitos – a população tem que ser convocada nesta mudança, assim como as empresas. Pode-se minimizar a produção de lixo pela redução do consumo sim, mas, também pela intervenção do Estado na produção e, para isso, não precisamos de mais leis. Basta cumprir a Constituição que, em seu parágrafo 2º do artigo 225 afirma que:

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

O papel do Poder Público neste momento é imprescindível, pois a aplicação da lei tem que ser, definitivamente, operacionalizada. É importante destacar que avançamos em relação aos marcos regulatórios, como a lei 11445/2007 (que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências) e, ainda, a lei 9605/98¹⁴ (dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências) que considera crime a deposição de resíduos sólidos a céu aberto (lixão), como preconiza em seu Art. 54; V: “ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos”.

No entanto, de acordo com Zanta e Ferreira (2006), faltam diretrizes claras, harmonia e sincronismo, entre as diversas fases dos sistemas de gerenciamento que compõem os vários órgãos envolvidos na elaboração e na aplicação das leis e das normas, com isso dificultando a sua aplicação. Por outro lado, cabe destacar a importância no tratamento desses resíduos como fonte de renda para os municípios e, ainda, com a redução de gastos com a recuperação do solo e dos recursos hídricos (nascentes, lençol freático) e com a saúde dos moradores.

http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceama/material/doutrinas/residuos/a_questao_dos_residuos_solidos_urbanos_no_direito_brasileiro.pdf Acesso em 14/07/2014

<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/04/entenda-como-funciona-o-mercado-de-credito-de-carbono>. Acesso em 23/09/2014.

¹³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em 23/04/2013.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em 23/04/2013.

Como já destacamos, uma forma de eliminar os lixões seria a criação de consórcios públicos envolvendo municípios vizinhos e com poucos recursos financeiros, com a criação de aterros (controlado ou sanitário), visando à gestão de resíduos sólidos comuns a eles. Além disso, torna-se fundamental que haja um eficiente sistema de gerenciamento ambiental desses resíduos, em todas as suas fases. Mas que associe também novas posturas e atitudes em relação ao consumo, aos processos de urbanização e ao descarte do lixo pela população do município.

Todavia, é importante assinalar que a Lei 12.305 em seu Art. 5º diz que

“A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795¹⁵”.

Já em seu Art. 8º preconiza que:

“São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: VIII - a educação ambiental”.

É importante assinalar que o relatório de 2012, do Cempre, ao apresentar os modelos já adotados nos poucos municípios que executam a coleta seletiva aponta o “apoio às cooperativas (maquinários, galpões de triagem, ajudas de custo com água e energia elétrica, caminhões, capacitações), investimento em divulgação e Educação Ambiental. Com efeito, acreditamos que uma das formas de enfrentar esse desafio seja desenvolver atividades em Educação Ambiental nas escolas que tenham, por um lado, um olhar crítico em relação ao modelo de consumo presente na sociedade. Por outro lado, como afirma Loureiro (2004, p.18), uma “ação simultaneamente reflexiva e dialógica, mediatizada pelo mundo, possui na transformação permanente das condições de vida – objetivas e simbólicas – o meio para a conscientização, o aprender, o saber e agir dos educandos/educadores”.

Em um primeiro momento, essa ação, como defendem Miranda e Ferreira (2013) poderá trazer à tona, inicialmente, por exemplo, a visão local inserida no cotidiano da comunidade e um diagnóstico dos seus problemas sócio ambientais. Compreender as causas e inter-relações. Nesta etapa, a ação e reflexão estarão solidárias, como destaca Freire (1987, p. 77) :

“em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se ressentida, imediatamente da outra. Não há palavra verdadeira que não seja a práxis”.

No entanto, a Educação Ambiental está distante de alcançar as salas de aula, das escolas brasileiras urbanas e ainda mais na forma desta proposta de ação preconizada. Claro, que já houve avanços, mas há muito o que caminhar. Como bem colocou Travassos (2004)¹⁶, o desenvolvimento sustentável torna-se impossível se for permitido que a degradação ambiental seja levada adiante, pois os recursos da Terra só serão suficientes para atender às necessidades de todos os seres vivos do planeta se manejados de forma eficiente.

Por fim, diante deste cenário, percebe-se uma falta de sintonia e agilidade entre o que o texto da Lei defende e preconiza e a sua efetiva implementação, principalmente, diante da gravidade dos dados, como afirmam Miranda, Gomes e Ferreira (2014). Vejamos. O relatório da Abrelpe (2012) indica que, neste

ano, foram gerados quase 64 milhões de toneladas de resíduos sólidos, e o índice per capita é de 383 kg /ano. É interessante mencionar que de acordo com esse relatório, ao se comparar com 2011, houve um crescimento de 1,3% em relação à geração de produção do lixo por habitante, esse índice representa um valor superior à taxa de 0,9% do crescimento populacional desse período. O que demonstra um incremento na geração de lixo. Já a quantidade de resíduos que deixaram de ser coletadas alcançou um valor de 6,2 milhões de toneladas. Esse número justifica-se pela falta de regras claras, em relação às responsabilidades legais e de punições (MEDEIROS, MIRANDA, SOUSA, 2013). Já os dados do IBGE apontam que 42,7% das cidades do Brasil não possuem qualquer atividade de coleta seletiva de lixo. Diante disso, por certo, há (ou haverá) um descompasso entre a realidade e o texto da Lei e, como vimos, são enormes os desafios a serem enfrentados.

Considerações finais.

Controlar a construção de aterros sanitários no que absolutamente não pode ser reaproveitado em áreas de degradação ambiental e trazer as populações de catadores para a sociedade como seus membros, mesmo que ainda não seja a melhor solução, sua alocação em áreas de mineração tem obtido bons resultados (VARGAS, 1998). A manutenção de aterros deste tipo exige relatórios que têm que ser aferidos e cobrados, não cabendo leniência das autoridades administrativas envolvidas e, muito menos, da sociedade, acostumada ao ver e calar-se.

Há poluição em todos os ambientes naturais no país. A poluição do solo, onde os resíduos são lançados se propaga de forma desastrosa. Não que as demais não o sejam também. Os lençóis freáticos no entorno dos lixões estão em risco, senão já condenados. É um problema grave que deve ser lido e visto não do ponto final, dos lixões, mas de seu ponto inicial, quando, ainda, aqueles milhões e milhões de peças de plástico, pano, metal, etc., ainda estavam na cadeia de consumo. A discussão ampla é o corte e é profundo, principalmente no convite às empresas em coadunarem-se ao que, efetivamente, é a vontade do povo, dita na letra das leis que seus legitimados produziram.

Como vê-se, a reciclagem das latinhas de alumínio é um “sucesso”, o que não acontece com outros materiais produzidos pelas indústrias, já que não há o mesmo interesse econômico na sua reciclagem. Isso demonstra a importância da logística reversa já que passa a ser compartilhada a responsabilidade do resíduo gerado pelo descarte do produto, fazendo com que a própria indústria desenvolva processos e materiais adequados à reciclagem. Por outro lado, torna-se fundamental uma gestão adequada desses resíduos, pelos governos e pela sociedade, mas que associe também novas posturas e atitudes em relação ao consumo, aos processos de urbanização e ao descarte do lixo pela população. Acredita-se que a Educação Ambiental possa ser uma das protagonistas nesse processo, na busca de uma equidade e responsabilidade social, direitos e cidadania plena, que, claro, serão atingidos pelos eventuais agravos provocados ao meio ambiente e com grave risco à saúde pública.

Portanto, como foi destacado no início, meio ambiente é direito fundamental, inerente à condição humana e deve ser tratado de forma responsável, transparente e crítica, onde os atores envolvidos tenham voz e participação e que, com a efetiva inter-

¹⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm Acesso em 14/03/2014
TRAVASSOS. Eduardo G. A Prática da Educação Ambiental nas Escolas. Ed. Mediação. Porto Alegre. 2004.

¹⁷ http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceama/material/doutrinas/residuos/a_questao_dos_residuos_solidos_urbanos_no_direito_brasileiro.pdf Acesso em 14/06/2014

venção do Poder Público, o artigo 225 seja atendido ao garantir para todos e, principalmente, para as gerações futuras, um meio ambiente saudável em uma sociedade que sabe ser sustentável, em uma economia equilibrada também por princípios que não transformem dignidade em moeda, saúde em emissão de gases e futuro em incerteza.

Referências

- ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. http://www.cidadessustentaveis.org.br/sites/default/files/arquivos/panorama_residuos_solidos_abrelpe_2012.pdf
- BESSEN, G. R.; GÜNTHER, W.; RODRIGUEZ, A. Resíduos sólidos: vulnerabilidades e perspectivas. In: SALDIVA *Meio ambiente e saúde: o desafio das metrópoles*. São Paulo: Ex Libris, 2010.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- _____. Lei nº 2.312, Normas Gerais sobre Defesa e Proteção da Saúde, 03/09/1954.
- _____. Decreto 49.974-a, Código Nacional de Saúde, 21/01/1961.
- _____. Lei nº 9394. Diretrizes e Bases da Educação, 20/12/ 1996.
- _____. Lei nº 9605. Dspõe sobre os Crimes Ambientais e suas Penalidades, 12/02/98.
- _____. Lei nº 9795. Política Nacional de Educação Ambiental, 27/04/1999. _____ Lei 11445. Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, 2007.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. *Sugestões para elaboração de Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos* (PMGIRS), Fascículo 4. CEMPRE. http://www.cempre.org.br/ciclossoft_2012.php
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra. São Paulo. 1987.
- JACOBI, P.; BESSEN, G. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. *Estudos Avançados*. vol.25 no.71 São Paulo Jan./Apr. 2011.
- McGRANAHAN G. M.; SATTERTHWAIT, D. The Environmental Dimensions of Sustainable Development for Cities. *Geography*, vol. 87, nº 3, pp. 213-226, jul. 2002.
- LOUREIRO, C. F. *Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental*. Cortez, São Paulo. 2004.
- IBGE. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*, Estudos & Pesquisas Informação Geográfica, Vol. 9, Brasil, 2012.
- IPEA. *PNRS, diagnósticos dos resíduos urbanos*. <http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/19461323>
- IBGE. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do Instituto Brasileiro de Estatística*. <http://www.brasil.gov.br/sobre/meio-ambiente/gestao-do-lixo>
- MEDEIROS, Hérika; MIRANDA, Antonio Carlos de; SOUSA, Luis G. Os Resíduos Sólidos: proposta e desenvolvimento de jogos educativos para as series iniciais. *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental*, v. 9, n13. p. 1 – 12, dez. 2013.
- MÉSZAROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MIRANDA, Antonio Carlos de. *A Dimensão do Mito: na cosmologia; na educação ambiental; na história em quadrinhos*. AllPrint: São Paulo. 2005.
- MIRANDA, Antonio Carlos de; FERREIRA, N. *O diálogo entre o processo de formação e o processo de ação da Educação ambiental*, in: Anais do III Encontro Nacional de Educação ambiental e V Encontro Nordestino de Biogeografia. v. 4, p. 510-519. João Pessoa-Paraíba: Editora Universitária da UFPB, 2013.

MIRANDA, Antonio Carlos de; FERREIRA, N; GOMES, H. P. *Educação Ambiental: um desafio à política nacional de resíduos sólidos*. In: Nice Seolin (Org). *Estudos Aplicados ao Saneamento Ambiental*. EDUNESP, 2014.

SIQUEIRA, Mônica; MORAES, Maria Sílvia de. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. *Ciência e Saúde Coletiva* vol.14 nº 6, Rio de Janeiro dez. 2009.

TRAVASSOS, Eduardo G. A Prática da Educação Ambiental nas Escolas. Ed. Mediação. Porto Alegre. 2004.

ZANTA, V; FERREIRA, C. Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos urbanos. In: *Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos com ênfase na proteção dos corpos d'água*. PROSAB 4, v. 3, ABES, 2006.